



Serviço Social com perspectiva feminista: Interseccionando a(s) questão(ões) social(is)

Social service with a feminist perspective: Intersecting the social issue (s)

Teresa Kleba Lisboa¹
Catarina Nascimento de Oliveira²

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir sobre a produção do conhecimento em Serviço Social e sua inter-relação com os Estudos Feministas, com o propósito de contribuir para a construção de novas cartografias de saberes. Amparado na Epistemologia Feminista, o texto busca desvendar as fissuras que avançam no campo do conhecimento, num período de profundas e aceleradas transformações, no sentido de contribuir com propostas teóricas a partir de uma renovada ênfase nas fronteiras interseccionais, transversais, interdisciplinares entre as categorias gênero, raça/etnia, sexualidade, classe, geração entre outras. O percurso argumentativo acompanhará uma sequência de reflexões realizadas ao longo de anos de experiência, tanto na prática acadêmica, como nos trabalhos de campo realizados através de Projetos de Pesquisa e Extensão, mais especificamente, com mulheres atendidas pelas Instituições que possuem em seus quadros profissionais de Serviço Social, mulheres em situação de violência e assessoria em Conselhos de Direitos Municipal e Estadual de Políticas para Mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologias Feministas. Gênero. Interseccionalidade. Serviço Social.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the production of knowledge in Social Work and its interrelationship with Feminist Studies, with the purpose of contributing to the construction of new cartographies of knowledge. Based on Feminist Epistemology, the text seeks to unravel as fissures that advance in the field of knowledge, in a period of profound and accelerated transformations, in the sense of contributing with theoretical proposals from a renewed emphasis on intersectional, transversal, interdisciplinary boundaries between as gender categories, race / ethnicity, sexuality, class, generation, among others. The argumentative course will follow a series of reflections carried out over years of experience, both in academic practice and in the fieldwork carried out through Research and Extension Projects, more specifically, with women attended by the Institutions they have in their professional settings of Social Service, women in situations of violence and evaluation in Councils of Municipal and State Rights of Policies for Women.

¹ Professora Titular do Departamento de Serviço social (DSS) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: tkleba@gmail.com.

² Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da UFSC. E-mail: catarinaoliveira1@gmail.com.

KEYWORDS: Feminist Epistemologies. Genre. Intersectionality. Social service.

* * *

Introdução

Propomos neste artigo refletir sobre a produção do conhecimento em Serviço Social e sua inter-relação com os Estudos Feministas, com o propósito de contribuir para a construção de novas cartografias de saberes. Para tanto, analisaremos em maior profundidade uma das correntes que mais tem a dizer sobre essa questão: a Epistemologia Feminista. Buscaremos, ao longo do texto desvendar as fissuras que avançam no campo do conhecimento, num período de profundas e aceleradas transformações, no sentido de contribuir com propostas teóricas a partir de uma renovada ênfase nas fronteiras interseccionais, transversais, interdisciplinares entre as categorias gênero, raça/etnia, sexualidade, classe, geração entre outras. Reconhecer a interseccionalidade das diferenças como dado inerente na constituição dos sujeitos, tem gerado uma combinação de discursos e práticas mobilizadoras, tanto das lutas sociais como dos movimentos feministas no Brasil e na América Latina.

Os movimentos de mulheres e as diferentes correntes do feminismo tem desempenhado papel relevante no crescimento da participação feminina no mundo acadêmico e científico. As principais demandas das mulheres surgem dos movimentos, e são eles que sugerem transformar as práticas científicas lançando novas perguntas, teorias e métodos que suponham avanços, tanto no campo cognitivo, como no enfrentamento das injustiças sociais. A compreensão da existência da mulher universal, essencializada, sai de cena para surgirem mulheres diversas, situadas, portadoras de conhecimentos e experiências específicas, talhadas na vivência socioeconômica e cultural de sua classe social, raça/etnia, orientação sexual e de sua transitoriedade territorialidade entre lugares.

Desde a segunda metade do século XX, no Brasil, a segunda onda feminista já se alçou contra a violência exercida sobre o corpo das mulheres; e mais tarde, a terceira onda permitiu perceber que a violência é contra todo o corpo que carregue a marca da feminilidade, interseccionada com a raça/etnia, classe, religião, lugar de moradia e/ou nascimento, idade, sexualidade, idioma e uma infinidade de indicadores que reforçam as estratégias de poder sobre os corpos. Neste sentido, os Estudos Feministas têm se revelado com uma singular capacidade para modificar perspectivas teóricas, e para

elaborar ferramentas de resistência para identificar, descrever e explicar, tanto as desigualdades existentes entre mulheres e homens, como os mecanismos de sua reprodução e legitimação. Acreditamos que o feminismo, como movimento político e sócio cultural nasce, justamente, para contestar os pressupostos valorativos da modernidade, preocupa-se com a questão da ética, da equidade, da justiça e da igualdade, reivindicando-as como parte integrante de um novo paradigma civilizatório e de um projeto ético político emancipatório. É nesse contexto, e com estes pressupostos valorativos, que gostaríamos de propor uma aproximação entre os Estudos Feministas e o Serviço Social.

Nosso percurso argumentativo acompanhará uma sequência de reflexões realizadas ao longo de anos de experiência, tanto na prática acadêmica, como professoras das disciplinas “Epistemologias Feministas”, “Serviço Social e relações de gênero”, “Supervisão Pedagógica de Estágio” e orientadoras de inúmeros Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação e Especialização, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado, como nos trabalhos de campo realizados através de Projetos de Pesquisa e Extensão, mais especificamente, com mulheres atendidas pelas Instituições que possuem em seus quadros profissionais de Serviço Social, bem como assessorando Conselhos de Direitos (Conselho Municipal e Estadual de Políticas para Mulheres).

1-Contribuição das Epistemologias Feministas para o Serviço Social

Uma epistemologia é uma teoria do conhecimento e uma das principais questões que ela suscita é “quem pode ser sujeito do conhecimento”? Podem sê-lo as mulheres? Em seu livro “Ciência e Conhecimento”, Sandra Harding (1996) indaga: quem define o que é ciência e o que é científico? Quem define os tipos de problemas (questões ou situações) que devem ser priorizados como ciência? A ciência tem se preocupado com as questões sociais, com o acesso igualitário aos recursos naturais e materiais, com a preservação da vida e da natureza?

Sabemos que a Ciência é uma forma de discurso sujeito a formulações e critérios daquilo que um determinado grupo que é considerado autoridade válida como verdade. A autora argumenta que as epistemologias tradicionais excluem as mulheres como sujeitos ou agentes do conhecimento, sustentam que a voz da ciência é masculina e que a história foi escrita do ponto de vista dos homens. Em contrapartida a esta visão, as feministas propõem epistemologias alternativas que coloquem as mulheres no lugar de

sujeitos do conhecimento. Portanto, somos de parecer que uma profissão (o Serviço Social) que possui nos seus quadros 96% de mulheres e que atende majoritariamente mulheres no cotidiano de intervenção, ao adotar uma perspectiva feminista na produção de conhecimento, terá muito a contribuir.

A Epistemologia Feminista surge na década de 1970, no marco da segunda onda do Feminismo, e “desde suas origens tem se caracterizado por não ser um conjunto teórico uniforme nem responder a um discurso homogêneo” (Harding, 1996, p 7). Ao contrário, este tipo de discussão é uma necessidade em sociedades com aspirações democráticas e de justiça social, pois engloba uma pluralidade de enfoques e métodos, articulados de forma diferente em distintos países ou áreas de conhecimento, confirmando que o pensamento é complexo assim como o é, a realidade em que estamos inseridos.

Abraçar esta perspectiva pressupõe que, cada vez que nos propomos a investigar uma questão, temos que perguntar: “por que”, “para que” e “para quem” estamos produzindo conhecimento. Da mesma forma, Joan Scott (1995) sugere, que o compromisso de incluir na investigação uma análise das circunstâncias, o significado e a natureza da opressão e das desigualdades de poder, implica necessariamente incorporar a categoria gênero (e diríamos, também raça/etnia, entre outras) como categorias de análise.

Neste sentido, a Epistemologia Feminista vem questionando, há quatro décadas a suposta neutralidade e objetividade das categorias científicas, e tem sido responsável por uma das revoluções epistemológicas mais significativas do final do século XX e início do século XXI. Esta perspectiva epistemológica, afirma Elisabeth Andersen (2010, apud Espesín, 2012), denuncia as concepções e práticas de investigação que excluem as experiências das mulheres, negam sua condição de sujeito protagonista da vida social, cultural, jurídica; negam sua autoridade epistêmica desprezando seus estilos cognitivos e modos de produzir conhecimento; produzem teorias sobre as mulheres que as representam como inferiores, ou consideradas significativas somente na medida em que servem aos interesses dos homens.

Vislumbramos, atualmente, um Serviço Social cada vez mais inserido nas lutas pelo enfrentamento a todas as formas de exploração, discriminação e preconceito, assinalando um debate sobre a formação profissional capaz de acompanhar as mudanças sócio históricas, demandando teorias que reflitam sobre a interseccionalidade

entre as categorias classe, raça/etnia, sexo, gênero, geração, nacionalidade, deficiência, e outras que atuam de modo imbricado. Um Serviço Social com perspectiva feminista parte do pressuposto que os problemas sociais, as demandas postas por nossas/os usuárias/os (majoritariamente mulheres) requerem, também, análises feministas para a construção do conhecimento.

2-Interseccionando as questões sociais: Por um conhecimento “socialmente situado”

A ideia central da Epistemologia Feminista é que “o conhecimento está /é sempre socialmente situado” (Harding, 1996, p. 07): o que se conhece e o modo como se conhece reflete as experiências, circunstâncias e perspectivas físicas, psíquicas e sociais particulares dos sujeitos; ou seja, não somente a sua corporeidade, seus valores, suas habilidades, seus estilos cognitivos, senão também sua localização social: gênero, orientação sexual, raça, etnia, idade, *status* familiar, papéis que ocupa na sociedade, relações sociais – ocupação, filiação a um partido político, entre outros, ou seja, cada um/a de nós possui uma identidade social atribuída, e uma identidade subjetiva.

O que as pessoas conhecem e como conhecem pode ser influenciado pelo seu próprio gênero, pelo gênero de outras pessoas ou pelas ideias sobre gênero, ou pelas “marcas” de gênero que certas instituições ou estruturas simbólicas repassam. Portanto, a categoria gênero pode ser considerada uma “lente teórica”, metodológica e analítica através da qual podemos analisar instituições e suas práticas, incluindo valores, crenças, aspectos culturais que aliados às pessoas, podem proporcionar um marco conceitual que inclui ou exclui as dimensões de classe, raça/etnia, entre outros.

A ideia de conhecimento situado rompe com a noção de um sujeito epistemológico abstrato. O olhar (ou a perspectiva) torna-se encarnado, toma corpo em função do seu gênero, raça/etnia, idade, sexualidade, capacidade funcional entre outros aspectos. O pressuposto do conhecimento situado é indagar: sob que circunstâncias estou fazendo essa afirmação? Para Donna Haraway (1995), existe uma subjetividade encarnada nos projetos feministas, e para a autora, o ‘situado’ implica reconhecer os múltiplos posicionamentos do sujeito que conhece e do sujeito que será conhecido: cada pessoa se encontra inserida em uma complexa rede de posições, identidades e pontos de vista múltiplos, instáveis, inclusive contraditórios, e carregados de relações de poder.

A literatura mais recente sobre políticas de igualdade tem incorporado a interseccionalidade nas políticas públicas, revelando uma preocupação com o aumento

de múltiplas formas de desigualdade social, repressão e poder que tem atingido as mulheres em todo o mundo. Um dos aspectos centrais dessa abordagem interseccional diz respeito à necessidade de se perceber que as categorias de diferenciação – discriminação de gênero, raça/etnia, geração, exploração de classe, biopolítica dos corpos, produzem efeitos distintos, dependendo do contexto analisado.

Ao introduzir o conceito de interseccionalidade, Kimberle Crenshaw (2002) refere-se a uma associação entre múltiplos sistemas de subordinação, ou seja, situações em que ocorrem dupla ou tripla discriminação. Para a autora, “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p.177).

Kimberle utiliza uma metáfora de intersecção, fazendo uma analogia com um cruzamento de avenidas em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as ruas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. “Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe” (Crenshaw, 2002, p.177).

A autora nos adverte que tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. Por exemplo, as mulheres negras estariam mais sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias, uma vez que comumente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram.

Patrícia Matos (2003) também nos convida a refletir sobre a interseccionalidade a partir do desafio que é “evitar a sobreposição de categorias de diferenciação” (p. 02). A autora adverte para o cuidado que devemos ter para não simplificar nem obscurecer o diagnóstico a respeito da relação entre as causas e os efeitos das desigualdades sociais: “como não cair na armadilha de fazer análises “adicionais” e sobrepostas, que não permitam que se chegue a um diagnóstico preciso sobre as causas e os efeitos das desigualdades sociais?” (Matos, 2003, p. 02).

O ponto de partida para uma reflexão interseccional, lembra a autora, é a compreensão da dinâmica do capitalismo na atualidade. Sabendo-se que toda sociedade capitalista tem como objetivo principal à maximização do lucro, e o entendimento da lógica de acumulação capitalista que, apesar das contradições e ambiguidades

observáveis empiricamente, se autorreproduz e se autopetua como aufere a autora: “(...) no nível da estrutura as categorias de diferenciação são reduzidas a quatro – classe, gênero, raça e corpo. Com essas categorias pode-se determinar a situação social dos membros da sociedade a partir de seu posicionamento no mercado de trabalho (MATTOS, 2003, p. 13).

As referidas categorias descrevem relações de poder presumidas para cada uma delas, como nos explica Mattos (2003, p. 13):

O classismo designa relações de dominação de classe baseadas nos volumes de capital econômico, cultural e social que se ‘materializam’ através das diferenciações salariais, de prestígio e reconhecimento social; o sexismo remete a heteronormatividade; o racismo (...) exclui pessoas com valores não hegemônicos, não ocidentais, imigrantes, [negros] por exemplo; e o corpo, hierarquiza a partir da capacidade que cada indivíduo tem de ser responsável pela reprodução de sua própria força de trabalho – exclui os velhos, os doentes, os portadores de quaisquer deficiências físicas, enfim os considerados menos produtivos, ao mesmo tempo em que enfatiza a beleza e a juventude.

A autora ressalta um deslocamento das desigualdades sociais, ou seja, um aumento nas diferenciações sociais e étnicas entre as mulheres: se as mulheres brancas enfrentam dificuldades, por conta das desigualdades de gênero, as mulheres negras enfrentam problemas muito maiores, pela junção da desigualdade de gênero e raça/etnia, além da social (de classe). Essa reflexão traz para o debate feminista, a discussão de como evitar um provável reducionismo de uma categoria sobre as demais, ou sobre um possível “essencialismo da diferença”, nos convidando a perseguir sempre a macro análise ou o estudo das inter-relações de várias maneiras de diferenciação social.

3. O saber surge da prática – experiências marcantes para a produção de conhecimento em Serviço Social

A complexidade e o entrecruzamento (interseccionalidade) das questões sociais requerem da(o) profissional de serviço social uma clareza do referencial teórico que orienta o seu exercício profissional num movimento constante de construção e reconstrução de conceitos ou paradigmas de análise sobre a leitura da realidade. Aceitar

que as teorias são provisórias, que é preciso colocá-las em movimento, visualizando-as mais como pressupostos do que categorias fixas e imutáveis, e abrir-se para a interdisciplinaridade, ainda parece um desafio. Neste sentido, concordamos com Cecilia Minayo, para a qual “a interdisciplinaridade é uma estratégia para compreensão, interpretação e explicações de temas complexos” (2010, p. 437). Para a autora, os temas abordados em pesquisas na área das ciências humanas e sociais, geralmente são entrelaçados, necessitando dos olhares (enfoques) de várias disciplinas, para que estas possam dialogar entre si em busca de respostas a problemática central.

Isto posto, trazemos a contribuição dos estudos feministas para o Serviço Social a partir dos pressupostos de Maria Mies (2002) para a qual existem várias “maneiras científicas” de ascender ao conhecimento, incluindo o saber que surge da prática e os saberes populares, como listado a seguir: **o conhecimento político** – que identifica as estratégias e habilidades utilizadas pelos sujeitos de nossas pesquisas; **o conhecimento crítico** - que possibilita criticar as ideologias, as teorias e desmistificá-las; **o conhecimento técnico** – que desenvolve habilidades, cria ferramentas, instrumentais técnico operativos para intervir com pessoas e grupos, articulando as descobertas empíricas com as afirmações teóricas; **o conhecimento social** – que amplia a capacidade de relacionar-se com pessoas, de reconhecer as condições em que sobrevivem; que desenvolve novas formas de relação social abrindo-se para o “outro”, para as “diferenças”; que reconhece que os indivíduos vivem determinadas relações entre si e seu entorno material, sociocultural e histórico; e por fim, **o auto reconhecimento** – que nos torna capazes de compreender e aceitar as nossas próprias capacidades e limitações teórico-metodológicas, permitindo que acendamos para o novo.

Nesse sentido, as escolhas de nossos objetos, tanto de estudo como de intervenção, demandam uma identificação com o sujeito/objeto; requer, também, uma leitura da realidade que transpassa da esfera macro para a micro. No contexto macro, o processo de globalização seguido das mudanças estruturais gerou uma corrente neoliberal com impactos significativos na redução do “Estado Social” provocando o aumento das desigualdades sociais, o desemprego, a insegurança, e a redução dos direitos sociais. A perspectiva micro, passa pelas especificidades da nossa atuação que incidem, sobretudo, no contexto de entrecruzamento de realidades e conceitos que nos permitem entender que as diferentes expressões da questão social são mediatizadas por relações de classe, de gênero, raça/etnia, corpo, gerações entre outras.

Neste ponto, a experiência profissional, tanto no cotidiano de intervenção, como com os sujeitos da investigação e do processo formativo, consiste em tomar a realidade como ponto de partida e trazê-la à tona, explicitando justamente os dados não reconhecidos, não valorizados, invisibilizados. A perspectiva feminista valoriza a escuta dos sujeitos, e salientamos especificamente a escuta das mulheres, para saber o que elas pensam e como se sentem, e formular perguntas de pesquisa a partir da “experiência das mulheres”, bem como propostas de intervenção a partir dos interesses e necessidades delas.

A introdução da categoria “experiência” ou do fator subjetivo na ciência corresponde ao lema feminista: “o pessoal é político”, ou seja, questões que até agora eram vistas como pertencentes a esfera privada, por exemplo, “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, tornam-se pautas de políticas públicas e as mulheres contribuem tanto na proposição dessas políticas, como na construção de conhecimento, na medida em que relatam suas experiências para os/as profissionais de Serviço Social ou para o/a investigador/a.

Assim, as pessoas com as quais trabalhamos só podem emergir como sujeitos no horizonte da produção do conhecimento ou da pesquisa científica, na medida em que desvendamos para elas seus mistérios, suas vivências, sua condição de subalternas, oprimidas ou exploradas. E essa passagem – da condição de objeto para a condição de sujeito – só acontece mediada pela nossa própria emancipação, como intelectuais engajadas/os e identificadas/os, produzindo conhecimento.

4-Entrelaçando diferentes experiências de intervenção profissional – práticas sociais e diversidades

O projeto ético político da nossa profissão traz no seu âmago a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, tendo como respaldo as diferenças de classe, raça/etnia, gênero, gerações orientação sexual entre outras, que por sua vez complexificam-se gerando desigualdades sociais, exclusão social, discriminação, preconceito, exploração e vários tipos de violência, atingindo particularmente as mulheres, que são a maioria entre nossos usuários.

A nossa aproximação com os Estudos Feministas aliada a prática docente de acompanhamento pedagógico em estágio curricular nos fez abrir os olhos para as seguintes questões: nossas(os) profissionais estão preparadas(os) para intervir junto aos

diferentes tipos de violências de gênero? Como respeitar estudantes e profissionais com diferentes orientações sexuais, bem como usuárias(os) com múltiplas identidades de gênero no cotidiano de nossas práticas? O que fazer diante do crescente número de mulheres envolvidas no tráfico de drogas, jovens e adolescentes com dependência química de álcool e de drogas, aumento de moradoras de rua, entre tantas outras demandas que aparecem no cotidiano de atendimento das nossas Instituições?

Dadas as questões acima e inúmeras outras, é preciso assinalar que as teorias feministas constituem um campo de estudos cujo teor epistemológico atua na perspectiva da alteridade. A maioria das pensadoras feministas considera que o marxismo, pelo menos o clássico com o qual o Serviço Social mais dialoga, é insuficiente para compreender o mundo social e nossas internalizações do mesmo. O feminismo, por sua vez, reconhece a contribuição de elementos teóricos do marxismo, aceitando entre outros, por exemplo, a concepção de práxis social, um contínuo movimento em espiral que valoriza a experiência como determinante da construção do saber. Nessa direção, concordamos com Claudia Costa (2002, p.63) quando salienta que “o feminismo alcançou o seu estágio maior de oposição frente às opressões, com base na materialidade das experiências que as mulheres têm do social”.

O pensamento da autora apresenta uma consonância com a nossa profissão, na medida em que acolhemos, escutamos, convivemos com situações concretas trazidas pelas(os) usuárias(os) no cotidiano da intervenção. A produção do conhecimento – os Trabalhos de Conclusão de Curso, as Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado tem revelado que as/os estudantes mergulham em experiências de campo (no estágio ou na pesquisa), a partir do que podemos afirmar que nenhum trabalho teórico é alheio a experiência vivenciada pelo sujeito que o escreveu. Neste processo surgem novas experiências, na medida em que constatamos uma interseccionalidade nos temas para reflexão. São cada vez mais frequentes Trabalhos Acadêmicos sobre mulheres moradoras de rua, mulheres negras, indígenas, camponesas, homoafetividades, violências de gênero, interrupção legal da gravidez, discriminação racial, política de cotas entre outros. A partir daqui, abre-se um conjunto de possibilidades que privilegiarão o lugar que nós, profissionais, produtoras de conhecimento daremos aos Estudos Feministas.

O curso de Serviço Social de caráter generalista, insere estudantes em campos de estágio ou profissionais para atuar em diferentes espaços junto a um vasto campo de

políticas públicas. Nesse sentido, recorrer a teorias que norteiem a compreensão sobre equidade de gênero nas políticas públicas, novos modelos de família, violências de gênero, pessoa com deficiência, pessoa idosa, o cyberativismo (violência digital, cyber bullying), e outros são essenciais para qualificar o debate, as experiências de práticas e a postura ético-política de nossas/os estudantes e profissionais.

Tendo claro que o Serviço Social cumpre um papel decisivo no enfrentamento da cultura de opressão, no decorrer da nossa prática, constatamos que uma profissão se legitima a partir das respostas que consegue emitir para usuárias(os) dos seus serviços e para suas(seus) contrastantes. Nesse sentido, nossa prática cotidiana, tanto na academia como na militância, permitiu-nos destacar algumas experiências que merecem ser compartilhadas e reveladas pela tríade do ensino, da pesquisa e da extensão.

5- Intervenção com mulheres em serviços sócio assistenciais

A grande maioria de usuários que recorrem aos serviços prestados pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) são mulheres que vão em busca de um benefício para si ou para seus familiares. A dinâmica do cotidiano familiar é constituída por relações de gênero e estas têm se edificado sobre relações de poder. A persistente e crescente carga de pobreza que recai sobre as mulheres – 70% dos pobres do mundo são mulheres; mulheres negras e indígenas são as mais pobres na pirâmide social e, por conseguinte as maiores demandatárias dos Programas de Transferência de Renda como o Bolsa Família, entre outros.

Em pesquisa realizada com 45 mulheres que frequentaram cinco CRAS da região de Florianópolis, durante o ano de 2015³, foi possível identificar a intersecção entre as categorias gênero, classe e raça/etnia. Ao serem indagadas qual o maior sonho, neste momento de suas vidas, uma das demandas mais apontadas foi: “*ter um trabalho para sobreviver*”. O trabalho é um grande valor para a maioria das entrevistadas, é a principal estratégia de sobrevivência. Ao solicitarmos para as entrevistadas definirem “o que é ser pobre para você? ”, as respostas foram: “*falta de trabalho*”; “*ser pobre para mim é não ter trabalho*”; “*é quando não tem trabalho*”; “*é quando fica desempregada; quando falta o financeiro, quando não tem trabalho.*” Embora o crescimento da

³ A pesquisa teve como título “A pobreza feminina tem rosto de mulher – propostas de políticas públicas para mulheres que frequentam os CRAS da Grande Florianópolis”, e foi coordenada por uma das autoras deste artigo.

participação das mulheres no mercado de trabalho seja uma realidade, a persistência da desigualdade de remuneração e a inserção no trabalho informal, ainda dificultam sua autonomia econômica.

Questões de gênero perpassam a vida de muitas mulheres, para as quais são atribuídas, majoritariamente, as funções de cuidado. Ao serem indagadas se já tiveram que parar de trabalhar por causa de algum motivo importante relacionado à família, treze mulheres responderam positivamente atribuindo o motivo a doença de algum membro da família, enquanto outras doze responderam que estão sem trabalhar, pois não têm vaga na creche para deixar os filhos. Contudo, quatro delas responderam que pararam de trabalhar, pois o marido não permite, deixando explícitas as relações de gênero perpassadas pelo poder e pela dominação masculina.

Quando perguntadas sobre “qual foi a maior dificuldade ao buscar o último trabalho”, as respostas mais frequentes foram: “*Exigiam mais estudo*”; “*Estabeleciam que não podia ter filhos*”; “*Pediam que tivesse experiência*”; “*Me faltavam documentos*”; “*Falta de creche para deixar meus filhos*”. Uma das respostas chamou atenção: “*Minha maior dificuldade é a idade. O mercado quer gente nova, idade para eles é doença!*”

Das 11 mulheres negras entrevistadas quatro afirmaram sofrer preconceito ao procurar trabalho, falaram da exigência de “*boa aparência*” para atividades mais leves e valorizadas, e o que sobra é somente “*serviços terceirizados, de limpeza ou de faxina*”.

As políticas públicas para mulheres, ao longo da história, têm sido elaboradas e propostas por homens, dentro de uma concepção e perspectiva masculina, hierárquica e paternalista, sem levar em conta as reais necessidades e demandas das mulheres. Resgatar as mulheres como “sujeito” das políticas, para Silveira (2004) implica construir canais de debate para definir prioridades e desenhar estratégias para caminhar no sentido de transformar os organismos de políticas para mulheres em interlocutores válidos para construir as pautas políticas e articuladores gerais das políticas públicas prioritárias.

Ao incorporar a perspectiva de gênero no cotidiano de intervenção, as/os profissionais de Serviço Social podem contribuir com propostas de políticas públicas para a igualdade entre homens e mulheres, reconhecendo as diferentes orientações sexuais dos usuários, interseccionando as questões raciais, de gênero, com os demais marcadores sociais, garantindo uma vida sem violência para as mulheres entre outros. Garantir a participação das mulheres através de trabalhos em grupo é um elemento

constitutivo das estratégias de empoderamento. Experiências em diversas partes do mundo têm mostrado que processos de participação de mulheres possibilitam processos de empoderamento, e que estas metodologias favorecem o estabelecimento de prioridades nas políticas públicas, que contemplem a igualdade entre homens e mulheres, bem como entre as pessoas que vivem na pobreza.

6- Intervenção e investigação com adolescentes e jovens em oficinas sobre corpo, relações de gênero e sexualidade

Por meio de um Projeto de Extensão desenvolvido durante os anos de 2016 e 2017, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero (NUSSERGE), vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), realizou um conjunto de intervenções, as quais destacamos três oficinas pedagógicas (“*Situando o meu corpo*”, “*Relações de gênero*” e “*Sexualidade*”) junto aos adolescentes e jovens integrantes do Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), em Florianópolis/SC. As atividades tiveram como propósito: a) ampliar a importância do debate sobre corpo, sexualidade, relações de gênero e discriminação racial com adolescentes e jovens; b) incentivar a construção de uma cultura que possa romper com as discriminações e violências de gênero, raça/etnia, orientação sexual entre outras; c) sinalizar a importância desta temática para o Serviço Social, visando a atuação junto as mais diversas políticas públicas, principalmente as destinadas a adolescentes e jovens.

No decurso das três oficinas identificamos que a construção dos significados atribuídos ao corpo, a sexualidade, a raça/etnia, aos papéis masculino e feminino, está relacionada ao contexto sócio-político-cultural no qual estes adolescentes/jovens estão inseridos.

Destaca-se que a experiência de realização das oficinas socioeducativas possibilitou, não “apenas” a produção de ações participativas em torno das temáticas trabalhadas com os adolescentes e jovens, mas, também, apresentou-se como um importante recurso para a apreensão de suas realidades, razão pela qual oportunizou a realização de uma pesquisa participante. Ou seja, os “dados” que emergiram das Oficinas, além de poderem ser analisados, sob a perspectiva dinâmica da construção do conhecimento, também inferiram encaminhamentos para ações propositivas em relação às demandas dos adolescentes e jovens participantes. Foram priorizadas dinâmicas e

estratégias que trouxeram à tona, elementos para a análise: contexto socioeconômico e político no qual estão inseridos estes adolescentes e jovens – moradores de comunidades de periferia; noções sobre as categorias gênero, classe, raça/etnia, corpo e sexualidade numa perspectiva interseccional, entre outros. Esse trabalho sinalizou a importância da atuação do Serviço Social junto a uma das políticas públicas, destinada a adolescentes e jovens que são a esperança de futuro.

7- Práticas de ensino libertadoras: a sala de aula como um espaço de desafio

Os cursos de Serviço Social das unidades de ensino superior no Brasil são regidos por diretrizes curriculares e tem em sua estrutura, componentes apresentados em forma de disciplinas obrigatórias, eletivas, trabalhos de conclusão de curso, estágio obrigatório e atividades complementares, necessários ao processo de formação.

Em pesquisa abrangendo 32 universidades públicas e privadas das cinco regiões do país⁴, Rita de Lourdes de Lima (2012, apud Dias, 2014), constatou que as disciplinas que se dedicam a estudar as relações sociais de gênero são eletivas, exceto na região Sudeste, onde é obrigatória e ofertada no terceiro período. Conforme Lima, geralmente as disciplinas com esta temática são oferecidas quando as (os) discentes estão no final do estágio e no último ano do curso, “dificultando, portanto, a percepção por parte destes [estudantes] sobre as questões ligadas às relações sociais [interseccionalidade] durante o estágio” (LIMA, 2012, p. 13).

A partir do seu estudo, a autora sugere as seguintes propostas para os cursos de graduação em Serviço Social: a) A temática de gênero deve se dar em forma de disciplina obrigatória e no momento de ingresso dos discentes no estágio obrigatório; b) A temática de gênero deve incorporar mais efetivamente discussões relacionadas à [interseccionalidade] raça/etnia, diversidade sexual entre outras questões; c) A temática de gênero deve se dar também transversalmente, nas diversas disciplinas do curso, relacionando tal temática com as demais (LIMA, 2012, p. 14).

Para os propósitos deste artigo, são assinaladas sumariamente algumas experiências realizadas na formação profissional, que oportunizaram a abordagem de gênero e Serviço Social, por meio de disciplinas optativas (eletivas).

⁴ As unidades de ensino pesquisadas foram: Região Norte: UFAM e UFT; Nordeste: UFPE, UFAL, UFRN, UFMA, FAMETRO (CE), UFPB, IFCE, UECE, UERN, UEPB, UFRB; Centro-oeste: UNB, UFMT, UFG, PUC-GO, UNIVAG-MT; Sudeste: UFJF, UERJ, UFRJ, UFES, UFF, PUC-RIO, Unilago São João do Rio Preto (SP), UNINOVE (SP), Centro Universitário Ítalo Brasileiro (SP); Sul: PUC-RS, UFSC, UNISINOS-RS, UNIPAMPAS (RS) e Universidade Caxias do Sul (RS). (LIMA, 2012).

As realidades aqui anunciadas tiveram seus desdobramentos por meio de disciplinas optativas ofertadas no período de 2013 a 2017 nos cursos de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS)⁵, a abordagem central das ementas contemplaram relações de gênero, feminismos e Serviço Social, no qual discentes de diferentes cursos regularmente matriculados, tiveram uma aproximação ao pensamento teórico feminista para subsidiar estudos e discussões de conteúdos acerca de temas sobre a violência contra a mulher.

Em relação a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), salientamos uma experiência no primeiro semestre de 2015, no qual foi oferecida a disciplina optativa (eletiva): “Tópicos Especiais em Movimentos Sociais – Mulheres em Movimento e o papel do Serviço Social”⁶, tendo como ementa “Aspectos conceituais e metodológicos sobre os movimentos feministas e de mulheres no Brasil. O papel dos movimentos feministas nas transformações socioculturais, nas áreas dos direitos humanos, cidadania, exclusão social e violência contra mulheres. (...) As contribuições dos estudos feministas e das metodologias de trabalho com mulheres para o Serviço Social”. A disciplina trouxe como um dos principais objetivos, aprofundar o debate teórico-conceitual que conduziu à formulação das categorias analíticas centrais: relações de gênero, classe, raça/etnia e gerações junto aos movimentos feministas, LGBTTs e de mulheres. Matricularam nesta disciplina, 42 estudantes dos cursos de Serviço Social, Ciências Sociais, Nutrição, Geografia, História, Jornalismo, Língua e Literatura e Secretariado, configurando uma interdisciplinaridade que ao longo do semestre, enriqueceu e diversificou as discussões, além da presença de uma estudante integrante dos povos indígenas Laklaño Xokleng (Ibirama/SC). Como procedimento metodológico adotado ao processo ensino-aprendizagem, a realização de trabalho de grupo, reuniu um conjunto de ações compartilhadas por equipes de estudantes que abordaram diferentes Movimentos, a saber: Movimento de Mulheres Negras, Movimento de Mulheres Indígenas, Movimento LGBTTs, A Marcha das Vadias, entre outros, com o objetivo de conhecê-los e trazer integrantes dos mesmos para a sala de aula. Tivemos o privilégio de escutar e conhecer a “cacica” Zenaide, que falou das principais lutas e conquistas do seu povo, que vive no “Morro dos Cavalos”, nas proximidades de Florianópolis. Também recebemos uma

⁵ Ambas Unidades de Ensino são local de trabalho das autoras do presente artigo.

⁶ A disciplina foi ministrada por uma das autoras deste artigo.

representante do Movimento de Mulheres Negras, e uma transexual que falou sobre a sua experiência de vida, salientando a dificuldade em relação a conseguir trabalho, decorrente do elevado grau de transfobia que ainda impera na sociedade. Notadamente, foi possível perceber que a temática da violência de gênero perpassava todos os Movimentos de Mulheres ou Feministas estudados, razão pela qual estudos mais aprofundados desencadearam a produção em vídeo e a elaboração do Projeto “Violência de Gênero: representações em foco” que, elaborado de forma interativa entre docente e discentes, oportunizou a participação de todas/os, como também a assinatura de um Termo de Consentimento Livre Esclarecido, confirmando a autorização de suas falas e suas imagens.

Na Universidade Federal de Sergipe (UFS), com sede em Aracajú, a oferta da disciplina Relações de Gênero e Serviço Social, também ocorreu no primeiro semestre de 2013, respondendo a uma demanda reprimida das/os estudantes por disciplinas optativas ocorridas naquele período, foram abertas duas turmas, que contaram com aproximadamente 91 matriculadas/os, distribuídos em horários vespertino e noturno. A apresentação da ementa contemplava dentre os eixos centrais “O feminismo – antecedentes históricos. (...) Matrizes teóricas nos estudos feministas da mulher: patriarcado, divisão sexual do trabalho e gênero. Abordagens da subjetividade e construção da identidade de gênero. (...) Inserção do gênero nas políticas sociais. Estudos empíricos: gênero e serviço social”. Os objetivos da disciplina destacavam conhecer historicamente o significado de gênero e feminismo sob diferentes perspectivas teóricas; articular a questão de gênero com o serviço social, no âmbito das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão. As leituras instigaram profícuos e calorosos debates, de modo articulado com o Serviço Social, em razão da presença unânime de estudantes do curso. Além disso, o processo avaliativo contou com a liberdade de escolha sobre a temática de gênero, o que resultou uma produção de conhecimento consistente, permitindo um olhar mais atento e desvencilhado de preconceitos sobre violência no espaço intrafamiliar contra a mulher e a criança, união por casais homoafetivos, divisão sexual do trabalho no espaço rural, dentre outros.

Considerações finais

Procuramos, neste ensaio, dialogar com a categoria (Assistentes Sociais) sobre a importância da pesquisa e da produção do conhecimento em Serviço Social, destacando a contribuição que os estudos feministas têm proporcionado no processo dialético de ação – reflexão – ação, nos apontando novos caminhos para a interseccionalidade.

Salientamos que os estudos feministas apresentam uma perspectiva crítica na construção do conhecimento uma vez que foram as feministas que questionaram pela primeira vez, a clássica distinção entre o privado e o público propondo o slogan: “o pessoal é político”. Os feminismos abriram para contestação política, novos enfoques da questão social: violências de gênero, modelos de família, corpo e sexualidade, divisão sexual do trabalho, o cuidado dispensado as crianças, idosas/os e enfermos atribuído somente às mulheres, entre outros.

O Serviço Social tem-se inserido nas lutas pelo enfrentamento a todas as formas de discriminação e preconceito, e assinala que o debate sobre formação profissional acompanha as mudanças sócio-históricas. Nessa direção, também é capaz de produzir outros olhares sobre os feminismos, constituindo objeto de investigação e intervenção, pois na academia, a presença feminina de estudantes, docentes, pesquisadoras e teóricas além de notória também é alvo de opressão, ameaça e violência acerca das questões de gênero, raça/etnia, classe, geração entre outras.

Entendemos que as epistemologias feministas nos dão não somente pistas, mas caminhos para repensarmos e ressignificarmos os conceitos e as questões sociais que envolvem o fazer e o pensar profissional do Serviço Social. Nessa direção situamos as teorias do sul global e as teorias de(s)coloniais como ferramentas úteis, possíveis e necessárias à compreensão e a ação no âmbito das questões de gênero, da interseccionalidade entre as demais categorias, e com particular atenção para a questão da mulher.

As experiências reveladas nesse artigo indicam que a sala de aula continua sendo o espaço que oferece as possibilidades mais radicais na academia. Bell Hooks (2017) nos convida a abrir as cabeças para uma renovação e rejuvenescimento de nossas práticas de ensino, para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar, para criar novas visões, celebrar um ensino que permita as transgressões, para transformar a educação em prática de liberdade.

Nossa experiência tem apontado quão necessário é estimular de modo contundente e crítico as discussões que permeiam as temáticas de gênero, raça/etnia,

deficiência, classe, geração entre outras marcas que se constituem como violência contra a mulher na relação ensino/aprendizagem. Que o Serviço Social possa aproximar-se das contribuições dos estudos feministas, e que no cotidiano das nossas práticas possamos incorporar reflexões teóricas que iluminem as demandas interseccionais que surgem no exercício profissional.

Referências

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. In: *Cadernos Pagu* (19) UNICAMP, Campinas, SP, 2002. p. 59-90.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, 2002. p. 171-188

DIAS, Daiana Nardino. *O estado da arte sobre gênero no serviço social*. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2014.

ESPÍN, Lucia del Moral. Em transición. La Epistemología y filosofía feminista de la ciencia ante los retos de un contexto de crisis multidimensional. In: RUGGI, Lennita Oliveira e BARBOZA, Rose (Org.). *Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical* (18). Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2012.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (05), UNICAMP, Campinas, SP, 1995. pp. 07-42

HARDING, Sandra. *Ciencia y Feminismo*. Madrid: Ediciones Morata, S.L., 1996. p. 15-27.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir*. A educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ª edição, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2017

LIMA, Rita de Lourdes de. Gênero e Serviço social. *VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e gênero da ABEH*, Salvador, 2012.

MATOS, Patricia. O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. In: *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*, São Paulo, 2003.

MIES, Maria. Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate en torno da ciencia y la metodología feministas. Tradução de Glória Elena Bernal. In: BARTRA, Eli (Org.) *Debates em torno a uma metodologia feminista*. 2ª ed., México, DF, UNAM, 2002. P. 63-102.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. *O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Hucitec, Rio de Janeiro, ABRASCO, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, (02), jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVEIRA M. L. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. IN: GODINHO T. e SILVEIRA M. L. da. (Org.). *Políticas públicas de gênero: impasses e desafios – políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

Recebido em fevereiro de 2019.

Aprovado em abril de 2019.